

A Grécia é de novo o lugar de todos os perigos. A sua dívida não pára de crescer graças à brutal contracção da economia

Um ano depois da crise grega ainda ninguém aprendeu

1 Um ano depois da primeira resposta à crise da dívida soberana da Grécia, encontrada sob pressão e a muito custo, a Europa continua às voltas com a crise da dívida grega. Dizia-se que o resgate financeiro a Portugal seria o último e definitivo para estancar a crise. A Grécia é de novo o lugar de todos os perigos. Um ano depois, a sua dívida não pára de crescer graças à brutal contracção da economia. Correm rumores sobre o abandono do euro ou a reestruturação da dívida. Convocam-se reuniões "secretas", até à prova em contrário, dos ministros das Finanças das maiores economias. Reemergem divisões profundas sobre o que fazer. Cada um, em Bruxelas, em Berlim ou em Frankfurt, lavra a sua própria sentença. O que não se ouve em sítio nenhum é o reconhecimento de que as coisas correram mal, que a resposta à crise foi curta e parcelar e que seria preciso a coragem de baralhar para dar de novo.

O que se fez até agora, dizia recentemente Paul de Grauwe, professor de Lovaina e um dos teóricos da união monetária, foi feito de forma confusa, sem convicção e sem ambição. Guillermo de la Dehesa, presidente do Center for Economic Policy Research, escrevia no *El País* de domingo passado mais ou menos a mesma coisa num artigo sobre as falhas persistente na gestão da zona euro. A proposta mais sensata e eficiente de resolução desta crise da dívida soberana teria sido "a criação de um mercado de euro-obrigações tão vasto como o dos EUA, com 60 por cento da dívida total de cada país (...)" "Ter-se-ia evitado os ataques dos mercados e ter-se-ia atraído os grandes investidores em dívida soberana notada de triplo A a investir em euros." O problema, acrescentava Wolfgang Münchau no *Financial Times* de segunda-feira (para além das muito citadas críticas a José Sócrates), não é "o tamanho da dívida soberana dos países periféricos" que representa uma fracção mínima do PIB da união monetária. "Do ponto de vista macroeconómico é uma tempestade num copo de água." O problema, acrescentava, é a incapacidade política da zona euro de gerir a crise e de travar o contágio. Ontem, os analistas voltavam a falar do aumento da pressão dos mercados sobre a dívida espanhola devido à nova incerteza sobre o destino da Grécia.



Teresa de Sousa

Nem as dificuldades gregas nem a incapacidade europeia para dar uma resposta global e definitiva a esta crise devem querer dizer que o programa que Portugal acaba de negociar com a troika não é para cumprir

2 A necessidade de um novo resgate para a Grécia vem apenas sublinhar tudo isto, que já foi dito por muita gente. Mas a forma como a Europa está a reagir ao problema grego não augura nada de novo. Angela Merkel quer ganhar tempo para tentar dourar a pílula de um novo empréstimo à Grécia junto do eleitorado alemão. A imprensa alemã prepara-se para repetir as mesmas manchetes que dedicou ao primeiro resgate à Grécia. Os alemães vão continuar a pensar que estão a fazer uma obra de caridade que não querem fazer (porque acham que o pobre não merece), em vez de perceberem que estão também a salvar os seus bancos e a sua economia. É com isto que se alimenta toda a espécie de nacionalismos, populismos e divisões no quadro da União Europeia. Ainda ninguém decidiu que é urgente colocar um travão nesta espiral de destruição.

3 Finalmente, nem as dificuldades gregas nem a incapacidade europeia para dar uma resposta global e definitiva a esta crise devem querer dizer que o programa que Portugal acaba de negociar com a troika não é para cumprir. É um programa adaptado à nossa realidade concreta, que ganhou com a experiência grega e irlandesa. E é um programa duro, não apenas pelos sacrifícios imediatos que impõe à maioria das pessoas, mas pelo conjunto de reformas detalhadas que prescreve - do Estado ou dos mercados de trabalho e de bens e serviços, ou da Justiça. Vão doer a muita gente e, sobretudo, vão enfrentar poderosos interesses instalados que ainda não perceberam (ou perceberam muito bem) o que aí vem. É por isso que a campanha eleitoral podia e devia ser uma oportunidade para clarificar esse programa e para definir a melhor forma de o pôr em prática.

Os campos ficaram finalmente definidos com a apresentação do programa de governo do PSD. Diga o que se disser do seu conteúdo, ele reflecte uma visão liberal absolutamente assumida sobre o papel do Estado e sobre a economia. Não esconde que, nalgumas reformas, quer ir mesmo mais longe do que a troika. Pode estar-se em total desacordo com a visão que o anima. Falta esclarecer muita coisa quanto à forma como pretende garantir o direito "universal" à saúde ou à educação - dois esteiros do modelo social europeu que distinguem a Europa dos EUA ou, digamos assim, do Brasil. Mas clarifica os termos do



jogo político e revela uma grande coragem. Num país em que tanta gente (incluindo tantas empresas, grandes, pequenas e médias) vive à sombra do Estado, onde o horror à responsabilidade individual e colectiva é tão acentuado, propô-lo é em si mesmo uma lufada de ar fresco.

O problema está agora do lado do PS. Não chega a José Sócrates dizer que é a barreira ao desmantelamento do Estado social contra a "agenda neoliberal" do seu principal adversário. Tem de dizer em concreto como é que isso se faz mantendo-se fiel ao programa da troika. Não é isso que diz. Diz o mesmo que dizia há três anos: que o país tem de apostar na educação, na formação, na inovação, nas energias alternativas para melhorar a sua competitividade, aumentar as exportações e reduzir o défice externo. Não diz como é que essas apostas se fazem em situação de penúria e com carácter de urgência. Percebe-se a estratégia eleitoral. O problema é que alimenta toda a espécie de interesses instalados no aparelho de Estado e fora dele e que promove toda a espécie de ilusões, como se tudo fosse ficar mais ou menos na mesma. Pode dar imenso resultado ao PS. Não dará o menor resultado para o país. Arrisca-se a tornar a aplicação do programa da troika muito mais difícil depois das eleições. É convém não esquecer que não haverá outra oportunidade para fazer o que é preciso ser feito. *Jornalista*